

## **O Impacto das Eleições nos Gastos Públicos Municipais: estudo de caso no Brasil**

**Área Temática:** Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Terceiro Setor - CASPTS

DOI: <https://doi.org/10.29327/1680956.11-8>

**Sandy Felix Pereira**

Universidade Federal de Goiás (FG)  
sandyfelix@discente.ufg.br

**Gilberto Crispim**

Universidade Federal de Goiás (UFG)  
crispim@ufg.br

**Celma Duque Ferreira**

Universidade Federal de Goiás (UFG)  
celmaduque@ufg.br

### **Resumo**

Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento dos gastos públicos nos cem menores municípios brasileiros em população entre 2013 e 2023. Utilizando dados oficiais do STN e IBGE, foram coletadas variáveis como população, receita realizada, despesas por função, PIB per capita, IDHM, partido político e eleição/reeleição. A análise estatística foi realizada por meio de regressão múltipla. Os resultados indicaram que 33% dos municípios estão no Rio Grande do Sul, enquanto 15% estão em Minas Gerais e São Paulo. Observou-se que 94% da receita desses municípios provém de transferências de outros entes públicos, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste. Em anos eleitorais (2016 e 2020), os gastos aumentaram significativamente em todas as categorias, destacando-se: comunicação (121%), infraestrutura (88%), assistência social (87%), urbanismo e ambiental (74%), cultura e lazer (73%) e educação (49%). Concluiu-se que as receitas municipais dependem fortemente de transferências, a saúde financeira é deficitária, e os gastos em áreas como comunicação e infraestrutura são majorados em períodos eleitorais, possivelmente visando a captação de votos. Esses achados corroboram com os estudos de Chortareas et al. (2016), mas contradizem Sakurai e Menezes-Filho (2008).

**Palavras-Chave:** Gastos públicos municipais. Períodos eleitorais. Ciclo orçamentário público.

### **1 INTRODUÇÃO**

Estudos recentes destacam a influência do ciclo eleitoral sobre as despesas públicas em governos municipais, particularmente em países em desenvolvimento com democracias jovens. Esses regimes são mais propensos a manipulações fiscais com viés eleitoral, como gastos em investimentos e infraestrutura, devido à flexibilidade nas políticas fiscais (Sakurai; Menezes Filho, 2008). A flexibilidade em democracias emergentes pode resultar em estruturas de fiscalização menos robustas, permitindo maior liberdade para gestores públicos implementarem

políticas adaptáveis, mas também aumentando a vulnerabilidade a práticas fiscais irresponsáveis (Mendes, 2004; Brender; Drazen, 2005; Shi; Svensson, 2006).

O ambiente econômico e político em países em desenvolvimento é marcado por instituições governamentais frágeis, comportamentos oportunistas e clientelismo (Pelagidis; Mitsopoulos, 2009). Chortareas et al. (2016) observaram um aumento nos gastos em períodos eleitorais em municípios gregos, independentemente da afiliação partidária do candidato local.

A literatura especializada apresenta divergências sobre o comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais. Alguns estudos indicam que os governos perdem votos em períodos eleitorais (Nordhaus, 1975; Macrae, 1977), enquanto outros apontam aumento nas transferências de recursos entre governos do mesmo partido e elevação de impostos (Tufte, 1978; Blais; Nadeau, 1992). Outros ainda encontram aumento significativo nas despesas eleitorais (Guo, 2009; Conraria et al., 2013; Goeminne; Smolders, 2013), enquanto alguns não observam impacto relevante (Mendes, 2004; Sakurai, 2005; Sakurai; Menezes Filho, 2008).

Este estudo visa analisar o comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais nos cem menores municípios brasileiros em população entre 2013 e 2023. A justificativa reside na importância de compreender como as despesas públicas são alocadas antes, durante e após as eleições, auxiliando o poder legislativo na análise dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e informando os eleitores em suas decisões de voto. Os resultados podem contribuir para uma melhor compreensão do ciclo orçamentário público e suas implicações políticas e econômicas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Ciclo Político Eleitoral**

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 após um período de 20 anos de ditadura militar, marcou o restabelecimento do regime democrático no Brasil, possibilitando a participação ativa de todos os cidadãos na política brasileira. Em um sistema democrático, a população detém a responsabilidade de eleger o candidato que melhor se adequa à função de administrador central da nação (Puchale et al., 2020), representando os interesses coletivos.

O Governo, por sua vez, enquanto entidade com interesses particulares e objetivos próprios, frequentemente direciona suas ações visando à reeleição ou o fortalecimento político de seu partido. Para alcançar esse objetivo, o governo busca demonstrar competência administrativa por meio da gestão das variáveis econômicas, como inflação, desemprego e taxa de juros, utilizando-as estrategicamente para planejar políticas públicas, ajustar orçamentos e promover o bem-estar social. Nesse contexto, consequentemente, os candidatos recorrem às variações do orçamento público como ferramenta para evidenciar sua capacidade de gerar benefícios à população e, assim, obter sucesso eleitoral (Puchale et al., 2019).

De acordo com Queiroz et al. (2019), a Teoria dos Ciclos Políticos surgiu da investigação das relações entre economia, política e eleições, auxiliando na compreensão das decisões tomadas por governantes ao longo do ciclo eleitoral. Um dos precursores da Teoria dos Ciclos Políticos, Downs (1957), avaliou a hipótese de que os partidos formulam políticas públicas com o objetivo de ganhar votos, e assim, os agentes públicos exercem sua função social como forma de obter fins privados, como renda, prestígio e poder. Nesse sentido, os Governos negligenciam os efeitos das políticas públicas sobre a atividade econômica, exceto na medida em que influenciam as decisões dos eleitores.

Segundo Machado et al. (2022), a ideia de ciclo político eleitoral surge da percepção de que, passado o período eleitoral em que governantes adotam medidas econômicas para obter vantagens políticas, eles precisarão implementar um ajuste no sentido contrário às ações tomadas anteriormente. Nessa mesma perspectiva, Wyse et al. (2022), afirmam que os gestores públicos tendem a alterar a execução das políticas fiscais e monetárias em períodos eleitorais, buscando um efeito econômico imediato que possa influenciar a percepção dos eleitores e favorecer a reeleição ou a manutenção do grupo político no poder.

Assim, a complexidade do sistema político brasileiro muitas vezes leva a decisões de gestores públicos motivadas por interesses próprios, que podem se sobrepor às necessidades da sociedade. Uma forma de identificar esses comportamentos oportunistas é analisar o desempenho financeiro (Nakaguma; Bender, 2010), observando atentamente alguns indicadores e padrões ao longo do ciclo eleitoral.

Ademais, nota-se que considerando a periodicidade do calendário eleitoral vigente no Brasil, com eleições que ocorrem a cada quatro anos nos âmbitos Federal e Municipal, os ciclos eleitorais podem apresentar maior intensidade. Pois, o conhecimento prévio das datas das eleições possibilita aos governantes ajustar suas decisões de políticas públicas em função desse cronograma, buscando obter avaliações mais favoráveis dos eleitores no momento da votação (Klein; Sakurai, 2015).

O ciclo eleitoral é definido segundo Nakaguma e Bender (2010) com base em três variáveis: uma para o ano anterior à eleição, outra para o ano da eleição e a última para o ano seguinte às eleições. Segundo os autores, a utilização conjunta dessas variáveis possibilita especificar o ciclo eleitoral em sua totalidade de maneira genérica. Portanto, compreender os ciclos eleitorais e suas implicações na gestão pública possibilita uma análise mais crítica das ações governamentais. Tal entendimento contribui para fortalecer a democracia e para a melhor compreensão dos ciclos orçamentários e dos gastos públicos relacionados aos períodos eleitorais.

## **2.2 Ciclo Orçamentário Público**

O ciclo orçamentário público envolve um conjunto de processos distintos que se desenvolvem ao longo do tempo e se repetem a cada novo ciclo (Orin Cope apud Sanches, 1993). Segundo o autor, o ciclo orçamentário é composto por uma sucessão de fases que ocorrem em intervalos predeterminados, nas quais orçamentos futuros são preparados, votados e executados, os resultados são avaliados e as contas são aprovadas. Essa dinâmica deriva da natureza singular do orçamento público que, desde suas origens históricas, tem sido compreendido como um instrumento político fundamental, estabelecendo limites para os gastos públicos, atribuindo responsabilidades e integrando uma parcela significativa do sistema de freios e contrapesos determinado pela sociedade para supervisionar o exercício do poder delegado ao Estado (Sanches, 1993)

A literatura em economia política (Puchale et al., 2020), propõe quatro modelos principais para interpretar o comportamento dos governantes diante das decisões econômicas, especialmente em períodos eleitorais, são eles, os modelos: (i) oportunista tradicional; (ii) partidário tradicional; (iii) oportunista racional; e (iv) partidário racional. O modelo oportunista tradicional, descreve gestores públicos que adotam medidas de curto prazo com forte apelo popular voltadas exclusivamente à conquista da reeleição, sem levar em conta qualquer orientação ideológica. O modelo partidário tradicional, prioriza a ideologia do partido e suas convicções políticas, mesmo que isso não se alinhe ao calendário eleitoral. O modelo

oportunista racional, por sua vez, considera eleitores propensos às facilidades oferecidas pelo governo e candidatos buscando maximizar seus votos através de políticas expansionistas que agradem à população e apostam na melhoria de variáveis macroeconômicas perto das eleições. Por fim, o modelo partidário racional, aponta para uma atuação que equilibra princípios ideológicos e pragmatismo político, com decisões moldadas conforme o contexto econômico e as demandas eleitorais. Tradicionalmente, a teoria econômica costumava sustentar a existência de ciclos apenas analisando o comportamento de variáveis econômicas, sem levar em consideração o impacto de fatores políticos.

Nesse contexto de influência política sobre as decisões econômicas, a Constituição Federal de 1988 marcou uma grande mudança no Brasil, inclusive na área do orçamento público. Entre as principais alterações estão: a obrigatoriedade do planejamento de médio prazo com o Plano Plurianual (PPA); a inclusão do Legislativo na definição de metas e prioridades da administração e nas decisões sobre arrecadação e gastos, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a divisão da Lei Orçamentária Anual (LOA) em três partes: Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimentos das Estatais e Orçamento da Seguridade Social. A estrutura do orçamento das instituições governamentais no Brasil é distribuída entre os três níveis de Governo, União, Estados e Municípios (Maciel et al., 2025). O orçamento público no Brasil é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais (Fernandes; Souza, 2019), levando a ação do Estado ao bem comum, possuindo um ciclo que compreende o PPA, a LDO e a LOA.

A realização de gastos orçamentários de forma sustentável e que reflitam os interesses sociais em seus aspectos qualitativos e quantitativos, aliados à transparência são os principais sinalizadores da eficácia de políticas públicas (Wyse et al., 2022). Dessa forma, destaca-se que para o bom desenvolvimento social é necessário excelência na aplicação de recursos públicos, posto que existem limites para o aumento das receitas que financiam os serviços públicos (Maciel et al., 2025).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem como objetivo definir os princípios básicos para realizar uma gestão correta dos recursos públicos, estabelecendo regras de ajustes da sustentabilidade fiscal, buscando minimizar a ocorrência de ciclos políticos nas gestões do executivo, principalmente Municipal (Machado et al., 2022). O equilíbrio fiscal e orçamentário é fundamental para solidez e estabilidade das economias, garantindo um crescimento econômico sustentável. Déficits orçamentários persistentes, resultantes de políticas fiscalmente irresponsáveis, prejudicam o emprego, o investimento e a inflação (Guerra et al., 2024). A LRF busca mitigar o comportamento oportunista dos governantes, descrito nos modelos teóricos, através de mecanismos que promovem a responsabilidade fiscal.

### 2.3 Despesas Públicas

A despesa pública é definida segundo Sanches (1993) como a soma dos gastos ou inversões de numerário pelo Estado com vistas ao atendimento das necessidades coletivas (econômicas e sociais) e ao cumprimento das responsabilidades institucionais do setor público. Implementada para atender às exigências de informação, transparência e controle social, o sistema de classificação estruturado da despesa pública busca responder a questões fundamentais para a compreensão da ação a ser desenvolvida pelo Governo (Fernandes; Souza, 2019), como onde o dinheiro será aplicado, por qual órgão e se a despesa está prevista no orçamento anual.

De acordo com Guelman Davis et al. (2021), independentemente do tamanho do aparato estatal, é o Estado o responsável por atender necessidades que os indivíduos não são capazes de satisfazer sozinhos. Além disso, o endividamento público é resultado de despesas superiores às receitas do Ente público e ocorre em função da ausência de restrições orçamentárias (Mendonça; Machado, 2013). Essa situação, tem raízes na crise externa do início da década de 80 e que veio a tornar-se uma questão central dentro do processo de ajuste do setor público (Pinto et al., 2015).

A ocorrência de gastos superiores às receitas, resultando no não pagamento de fornecedores e funcionários públicos e, conseqüentemente, em déficit orçamentário (Wyse et al., 2022), acarreta diversas consequências negativas. Dentre elas, destaca-se o aumento da dívida pública, a perda de credibilidade da administração, a possível paralisação ou redução de serviços essenciais, a dificuldade em obter crédito futuro e o risco de ações judiciais.

Vale ressaltar que os excessos cometidos pelos governos ao redor do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial resultaram em déficits sistemáticos e a crise conhecida como “Estagflação” na década de 70. Enquanto após a grande crise de 1929, o *mainstream* econômico sugeria que as crises seriam evitáveis por meio de estímulo à demanda agregada, essa visão é confrontada pela existência a partir de 1970 de recessão e inflação elevada (Oliveira et al., 2022).

Observa-se que apesar de existir um aumento nos investimentos em períodos estratégicos nos municípios onde os partidos foram reconduzidos, essas regiões possuem também melhores condições fiscais de maneira geral. Contudo, o efeito da sinalização se inverte no período pós-eleitoral, indicando um desgaste fiscal imediatamente após as eleições, um resultado compatível com a assimetria da informação sinalizada nos Ciclos Político-Orçamentários (Bartoluzzio; Anjos, 2020).

A sociedade tem várias demandas para serem atendidas e o Estado tem a função de cobrir as necessidades buscando oferecer melhor qualidade de vida à população. Para atender a essas diversas demandas e cumprir sua função, como toda dívida, ela exige controle para poder atuar com responsabilidade e não colocar em risco o equilíbrio financeiro tão necessário para o funcionamento da máquina pública (Hamada et al., 2019).

A falta de controles legais e a má gestão pública sem planejamento levaram muitos municípios a desequilíbrios que se mantiveram por longos períodos. De fato, são os municípios que mais sentem os reflexos de gestões irresponsáveis e de falta de cumprimento de objetivos planejados (Hamada et al., 2019).

Em resposta à necessidade de melhorar o controle desse endividamento, surgiu a Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, impondo limites a esse endividamento. A dívida do setor público ocorre quando os volumes de despesas realizadas excedem ao volume de receitas arrecadadas, ocorrendo assim um déficit orçamentário (Hamada et al., 2019).

Nesse cenário de busca por maior responsabilidade fiscal e eficiência na gestão dos recursos públicos, a escala do gasto é uma boa alternativa para mudar a compreensão dos efeitos da descentralização fiscal. A escala é entendida como a quantidade de gasto público realizada pelos governos locais, ou seja, quanto maior a quantidade de gasto, maior é a escala dos municípios, sendo provável que eles alcancem uma melhor eficiência fiscal. Se isso não for considerado na análise, a média estimada tenderá a enviesar (Sousa; Monte, 2021), porém isso pode esconder as diferenças entre cidades que gastam muito e as que gastam pouco.



## 2.4 Estudos Similares

Bartoluzzio e Anjos (2020) analisam de que forma os incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus impactos nos resultados eleitorais em 425 municípios brasileiros entre 2006 e 2016, com aplicação de modelos econométricos e Tobit, com dados em painel, sendo o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) a variável dependente. Os resultados apontam dois achados principais: (i) partidos reeleitos tendem não apenas aumentar investimentos comumente associados a votos, mas também apresentam uma estrutura de pessoal mais sustentável e melhor liquidez, especialmente em anos eleitorais, (ii) embora os municípios governados por partidos reeleitos tenham sinalizado melhor desempenho fiscal nos três ciclos políticos analisados, observou-se uma deterioração significativa dessa condição no ano pós-eleitoral.

Downs (1957) desenvolveu uma teoria econômica da ação política em uma democracia, aplicando princípios e modelos econômicos para entender o comportamento de eleitores, partidos e governos em um sistema democrático, buscando explicar por que: (i) indivíduos racionais participam do processo político; (ii) como os partidos formulam suas políticas; e (iii) como as ações governamentais são influenciadas pela busca por votos. Foi utilizado metodologia teórica e dedutiva, construindo um modelo baseado em um conjunto de pressupostos sobre o comportamento racional de indivíduos e atores políticos. O método aplicado foi o desenvolvimento de um modelo econômico do comportamento político, estabelecendo bases para a compreensão da ação política através de uma lente econômica, sugerindo que os indivíduos e os partidos agem racionalmente para maximizar sua utilidade, ou seja, os eleitores buscam benefícios e os partidos buscam votos.

Fernandes e Souza (2019) abordaram em todas as suas minúcias o ciclo orçamentário brasileiro, desdobrando precisamente cada detalhe do orçamento público, buscando detalhar as etapas desse ciclo, desde o planejamento até o controle e avaliação, oferecendo uma visão geral do processo orçamentário brasileiro. Utilizou metodologia descritiva e analítica, com buscas: (i) na legislação pertinente; (ii) em referenciais teóricos da administração pública; e (iii) em discussões sobre o processo orçamentário brasileiro para descrever e analisar cada fase do ciclo. O método aplicado envolve a revisão bibliográfica, a análise da legislação e a exposição didática das etapas do ciclo orçamentário brasileiro. Concluíram, que o ciclo orçamentário brasileiro é um processo complexo e fundamental para a gestão das finanças públicas, detalhando as diversas fases (planejamento, elaboração, aprovação, execução, controle e avaliação), explicitando suas características e a importância de cada uma para a efetividade e a transparência da gestão pública no Brasil.

Fiirst et al. (2019), se dedicaram a verificar a influência de características políticas no desempenho financeiro dos municípios paranaenses, sob a lente da teoria dos ciclos políticos. Para tanto, utilizaram os dados que abrangeram o ciclo eleitoral de 2013 a 2016, mediante informações disponibilizadas e auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). A população inicial da pesquisa compreendeu 399 municípios paranaenses e a amostra foi 377 municípios devido à ausência de alguns dados. A investigação indicou que o ano eleitoral exerceu um impacto positivo sobre o desempenho financeiro dos municípios paranaenses, isso sugeriu um possível comportamento oportunista por parte dos gestores, que buscavam visibilidade favorável e recursos para créditos adicionais em períodos eleitorais. Em contrapartida, a mudança de gestor demonstrou ter uma influência negativa significativa, com uma tendência de diminuição dos saldos financeiros positivos ao final dos mandatos, o que

corroborar os pressupostos da teoria dos ciclos políticos. Embora a influência positiva do primeiro mandato não tenha apresentado significância estatística, o Percentual de Migração Externa (PME) exibiu um coeficiente negativo, apontando para a necessidade de futuras investigações.

Guelman Davis e Sousa (2021) dedicou-se a analisar comparativamente a eficiência alocativa das despesas públicas nos municípios brasileiros, utilizando técnicas de mineração de dados. A eficiência foi definida como a relação otimizada entre o volume de despesas e os resultados observados nos indicadores socioeconômicos, caracterizada por menores gastos e melhores resultados em comparação com outros municípios. Os dados coletados abrangem o período entre 2010 e 2017, a amostra foi composta por todos os municípios brasileiros, o método aplicado envolveu diversas etapas: (i) coleta de dados de fontes públicas; (ii) integração das informações utilizando o código IBGE; (iii) transformação dos dados em indicadores normalizados; (iv) tratamento de dados faltantes e outliers (com o auxílio do software R); (v) redução de redundância por meio da análise de correlação (coeficiente de Pearson); (vi) discretização de atributos numéricos e categóricos (com o suporte do software Weka e considerando desvios-padrão); e (vii) adaptação de classificações preexistentes com o objetivo de evitar desbalanceamento. Os resultados identificaram: (i) características comuns aos municípios com desempenho notável; (ii) padrões relevantes nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento; e (iii) importância do investimento na formação de docentes, evidenciando as discrepâncias regionais no que concerne ao desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS).

Guerra, Junior e Aragón (2024) examinaram empiricamente a presença de ciclos políticos orçamentários no comportamento fiscal dos países da América Latina. Para a análise, utilizou-se dados referentes ao período de 1990 a 2017 e empregando uma análise econométrica com dados em painel, a investigação foi conduzida em 19 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Foram adotados os modelos determinados pelo Teste de Hausman, as variáveis eleitorais foram operacionalizadas por meio de *dummies* para identificar o ciclo eleitoral, as variáveis compreenderam: (i) a participação do comércio internacional no Produto Interno Bruto (PIB); (ii) o percentual da população urbana; (iii) o percentual da população na faixa etária de 15 a 64 anos; (iv) o percentual da população com 65 anos ou mais; (v) a taxa de juros real; e (vi) as reservas totais em fração da dívida externa total. O estudo revelou que parte dos resultados macroeconômicos e fiscais é influenciada por ciclos político-econômicos, além disso, nos anos iniciais os Governos tiveram redução no crescimento relativo do PIB, desaceleração da inflação e melhora na arrecadação de tributos e nos resultados fiscais, os autores não encontraram evidências de que os governos utilizem, de forma generalizada, a estratégia de ampliar despesas em períodos eleitorais, mas observaram essa prática de maneira setorializada.

Hamada et al. (2019) analisaram a consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o nível de endividamento do município de Belo Horizonte, considerando a evidenciação das análises referentes aos exercícios financeiros de 2002 a 2017. A metodologia envolveu pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando livros, artigos científicos e dados oficiais disponibilizados no Portal da Prefeitura de BH, realizando uma análise detalhada dos demonstrativos contábeis do município, acompanhando a execução fiscal de receitas e despesas, e avaliando os impactos de uma dívida sem controle efetivo. A pesquisa se destinou a verificar o nível de evolução percentual do endividamento e o comprometimento do

orçamento com o pagamento das dívidas em relação à Receita Corrente Líquida, através da construção de gráficos, os autores evidenciaram o comportamento da Dívida Consolidada Líquida, demonstrando um crescimento gradual nos anos de 2011 a 2015, observando que, em relação aos juros e à depreciação, houve aumentos respectivos em 2013 e 2017. Por fim, foi concluído que o município de BH manteve o controle de seu endividamento em conformidade com o que estabelece a legislação vigente.

Klein e Sakurai (2015) investigaram se os limites de mandato para prefeitos exercem influência sobre a ocorrência de ciclos orçamentários políticos nos municípios brasileiros. Para tanto, analisou-se dados em painel dos municípios brasileiros, que possuíam dados disponíveis, abrangendo o período de 1997 a 2008. A partir desta investigação concluiu-se que os limites de mandato para prefeitos promovem uma redução significativa na magnitude dos ciclos orçamentários políticos nos gastos municipais no Brasil, os resultados sugerem que os prefeitos em seus últimos mandatos apresentaram menores incentivos para elevar os gastos com o objetivo de buscar a reeleição, dado que não podem se candidatar novamente, o que, por sua vez, resulta em uma gestão fiscal mais estável em anos eleitorais.

Maciel et al. (2025) analisaram a evolução dos gastos públicos nas cidades do Pará em comparação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A coleta de dados foi referente ao período de 2013 a 2016, abrangendo 81 municípios do estado do Pará, utilizando informações de despesas públicas municipais e do IFDM. Os principais resultados mostraram que, nos municípios de grande porte, o desenvolvimento humano apresentou uma relação negativa com o aumento de despesas, enquanto nos municípios de médio porte, revelou-se a possibilidade de aumentar o IDHM mesmo com a diminuição das despesas públicas; por outro lado, nos municípios de pequeno porte, destacou-se o aumento de despesas sem mudanças significativas na evolução do IDHM, sendo constatada a diminuição do IDHM em 8 municípios da amostra. Consequentemente, evidenciou-se uma tendência de aumento do gasto público, apesar do IDH ter evoluído discretamente, permitindo concluir que as despesas efetuadas pelos municípios no estado do Pará não influenciaram no desenvolvimento humano municipal, ao menos no que concerne à amostra e ao período analisado.

Machado et al. (2022) avaliaram se os municípios que ultrapassaram os limites estabelecidos pela LRF apresentam uma maior incidência de práticas fiscais oportunistas, como os ciclos políticos orçamentários. Utilizou-se dados referentes ao período de 2015 a 2018 de 953 municípios do Sul do Brasil, com aplicação de regressão de dados em painel, utilizando o Teste de Hausman. As variáveis eleitorais foram representadas por *dummies* para ano eleitoral, ano pré-eleitoral e reeleição, e *dummies* ideológicas foram incluídas para prefeitos de partidos de esquerda, sendo também incorporadas variáveis de controle como PIB per capita, VAB per capita da agricultura e indústria, a amostra foi dividida em grupos de municípios que cumpriram e descumpriram os limites da LRF para uma análise comparativa. Dos municípios selecionados, 760 cumpriram os limites da LRF e 193 os descumpriram em algum momento, e os resultados apontaram que as *dummies* de ciclo apresentaram coeficientes negativos para os grupos de despesas considerados, o que, a princípio, estaria em desacordo com a teoria do ciclo político orçamentário. No entanto, a elasticidade dos coeficientes demonstrou que, mesmo com a diminuição dos gastos em ambos os anos, houve uma tendência de contenção de cortes no ano eleitoral, além de um controle fiscal menor nos municípios que descumpriram os limites, o que, por sua vez, corrobora com a teoria dos ciclos políticos.

Mendonça et al. (2013), apresentaram evidências empíricas para o caso brasileiro acerca da estrutura da composição da dívida pública e também do efeito dessa estrutura na relação



dívida pública/PIB. Embora o período específico da análise econométrica não seja explicitamente declarado. O estudo se concentrou no caso do Brasil, utilizando dados macroeconômicos e informações sobre a dívida pública brasileira, empregando uma análise econométrica para investigar a relação entre a composição da dívida pública, a credibilidade fiscal e a razão dívida pública/PIB no Brasil, sendo a construção de um "índice de credibilidade fiscal baseado nas expectativas do mercado" uma característica metodológica central do estudo. Os resultados demonstraram que o compromisso com a dívida pública aumenta a credibilidade fiscal, sendo isso crucial para o sucesso da gestão da dívida pública; contudo, contrariamente ao que é recomendado na literatura padrão, um aumento na maturidade média e na parcela de títulos indexados à inflação implica custos que não podem ser negligenciados.

Nakaguma e Bender (2010) investigaram as causas dos ciclos eleitorais na política fiscal dos estados brasileiros, decompondo-os em oportunismo e sinalização de competência dos governantes, e também verificou a percepção dos eleitores sobre essas sinalizações e sua capacidade de identificar e punir o comportamento político oportunista. Utilizou-se a abordagem de regressão de dados em painel, analisando o período de 2015 a 2018 em uma amostra de municípios da região Sul do Brasil. A principal conclusão foi que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos fiscais, tanto em receitas quanto em despesas, contudo, esse efeito demonstrou uma atenuação ao longo das eleições.

Oliveira et al. (2022), avaliaram a sustentabilidade da condução da Política Fiscal no período de 1999 a 2021, utilizando o modelo proposto por Bohn (2007). Para isso, foram coletados dados mensais de janeiro de 1999 a março de 2021, totalizando 267 observações. Concluíram que a principal contribuição do estudo reside no controle da reação fiscal por gastos obrigatórios e discricionários através de regressão linear com regimes markovianos e em janela móvel, cujos resultados revelaram que a rigidez fiscal, impulsionada pela expansão dos gastos obrigatórios, configura-se como um fator crucial, levando a autoridade fiscal a utilizar os gastos discricionários como instrumento contra cíclico, e embora as metas de superávit primário tenha gerado alguma sustentabilidade até 2009, após esse período, nenhuma das abordagens indicou sustentabilidade.

Pinto et al. (2015), verificaram como o endividamento dos municípios do estado do Rio Grande do Sul é afetado por aspectos ligados ao desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, foram analisadas variáveis de desenvolvimento socioeconômico e endividamento para todos os 496 municípios gaúchos no ano de 2010, os autores utilizaram uma Análise Fatorial para agrupar essas variáveis em fatores, dada a alta correlação entre as variáveis socioeconômicas que geralmente impede a utilização de modelos de estimativas, sendo também empregada a regressão quântica. Nesse processo, o desenvolvimento socioeconômico foi dividido em quatro fatores: (i) Educacional e Salarial, (ii) Urbano, (iii) Hospitalar e Econômico, e (iv) Agropecuário. A conclusão do estudo apontou que apenas o grupo de municípios do primeiro quantil, ou seja, aqueles que apresentaram uma menor variação em seu endividamento no período analisado, obteve uma relação estatística significativa com os fatores de desenvolvimento socioeconômico, não sendo encontrada nenhuma relação estatística significativa para os outros dois quartis.

Puchale et al. (2020), evidenciaram a possível existência de ciclos político-econômicos oportunistas e ideológicos sobre os gastos sociais e de investimento nos governos estaduais brasileiros no período compreendido entre 2003 e 2014. Para tanto, foram coletados dados referentes aos 26 Estados brasileiros referente ao período de 2003 a 2014. Utilizou-se um modelo econométrico de dados em painel, com os valores sendo convertidos para reais de 2014

(IGP-DI) e transformados em valores per capita. Adicionalmente, foram criadas variáveis *dummies* para anos pré-eleitorais e eleitorais, bem como para a ideologia partidária dos governadores. O estudo revelou que o calendário eleitoral exerceu influência apenas sobre as despesas orçamentárias de gastos com investimentos dos estados no período analisado, ao passo que a ideologia partidária não demonstrou relação com os gastos investigados.

Queiroz et al. (2019), averiguaram a influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos dos governos estaduais brasileiros. Para isso, utilizou-se os 26 Estados brasileiros, abrangendo o período de 2003 a 2014, por meio da técnica de regressão com dados em painel. A conclusão da pesquisa indicou que o comportamento oportunista se restringe aos governadores em seu primeiro mandato, e a manipulação é observada especificamente nos investimentos, ademais, percebeu-se uma alteração na composição dos gastos públicos, com uma tendência de aumento nos investimentos durante os períodos eleitorais nos estados cujos governadores estavam em seu primeiro mandato.

Sanches et al. (1993), analisaram a técnica-jurídica do tema ciclo orçamentário e apreciar as modificações introduzidas pela Constituição de 1988 no ciclo orçamentário tradicional, buscando também detalhar cada uma de suas fases, explicitando suas atividades, problemas e singularidades, bem como avaliando prospectivamente as tendências de aprimoramento de processos críticos às várias fases do ciclo orçamentário. Para tanto, o método utilizado consistiu na análise teórica e doutrinária do ciclo orçamentário, bem como na análise das modificações introduzidas pela referida Constituição nesse ciclo. A conclusão do estudo apontou que a Constituição de 1988 introduziu mudanças significativas no campo da orçamentação pública, resultando em alterações no ciclo orçamentário, que passou a desdobrar-se em oito fases, sendo destacada a importância do planejamento de médio prazo, o envolvimento do Legislativo na fixação de metas e prioridades, e o desdobramento da Lei Orçamentária Anual em três orçamentos distintos. Apontou a precária separação entre os orçamentos, a inobservância de determinações constitucionais e a lentidão na articulação de procedimentos para reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sousa et al. (2021), investigaram o efeito do aumento da descentralização fiscal na composição do gasto público dos governos locais brasileiros. Para tanto, a amostra foi composta por um painel de dados com 5.565 municípios, correspondente ao período de 2000 a 2016, e a análise foi realizada por meio da regressão quantílica incondicional. Os principais resultados indicaram que: (i) a descentralização fiscal afeta os gastos públicos dos governos locais brasileiros, embora o tipo de efeito dependa da escala do gasto local e da estratégia de descentralização fiscal; (ii) as mensurações (proxies) da descentralização fiscal apresentam correlação com a composição do gasto público; (iii) a descentralização fiscal afeta mais o gasto com investimentos do que os gastos de pessoal e correntes em termos medianos; e (iv) em termos medianos, a participação da receita tributária promove o aumento do gasto em funções de administração e planejamento em detrimento de gastos em funções sociais.

Wyse et al (2022) evidenciaram a influência dos ciclos políticos orçamentários nos gastos públicos municipais e estimam seu efeito sobre a dívida pública local, para tanto, analisaram os dados dos municípios do Rio Grande do Sul entre 2005 e 2016, utilizando a técnica de análise de dados em painel. A conclusão do estudo apontou que os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos e, quando controlados pelo ciclo político, particularmente em anos pré-eleitorais, geram um efeito positivo sobre a dívida pública, o que indica que no ano anterior às eleições, o impacto dos gastos públicos na dívida municipal se intensifica; contudo, no ano da eleição, esse efeito não demonstrou significância estatística.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo utilizou um conjunto de dados sobre finanças públicas com o objetivo de verificar ocorrências positivas nas despesas empenhadas, gastos com investimentos e captação de empréstimos em períodos eleitorais, nos municípios brasileiros com população até cem mil habitantes em cada unidade federativa.

Os dados foram coletados dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No banco de dados do IBGE, foram identificados os municípios e regiões que atendiam aos critérios propostos, conforme população. Já no banco de dados da STN, especificamente nas pastas do FINBRA (Finanças do Brasil) e do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), foram extraídos os valores correspondentes às variáveis: (i) receitas correntes e de capital; e (ii) despesas por função empenhadas, abrangendo áreas como legislação, judiciário, administração, segurança pública, assistência social, previdência social, saúde, educação, cultura e cidadania, trabalho, lazer, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, indústria/comércio e serviço, comunicações, energia, transporte e encargos especiais.

A contribuição deste estudo reside no fomento de discussões sobre o tema proposto, considerando a falta de consenso na literatura especializada sobre o comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais. Os resultados esperados estão centrados no diagnóstico sobre o comportamento das despesas por função em períodos antes e após eleições. Além disso, esses resultados podem motivar futuras pesquisas e servir de base para análise das despesas públicas pelos tribunais de contas e pelo poder legislativo, responsáveis por fiscalizar as contas do poder executivo. Por fim, os resultados podem fornecer aos eleitores mais opções de análise da gestão dos candidatos na decisão de seu voto.

### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

O comportamento das despesas públicas em períodos eleitorais é um tema amplamente estudado na ciência política e na economia, com muitos estudos sugerindo a existência de um ciclo político-econômico. Esses ciclos indicam que, durante períodos eleitorais, governos têm a tendência de aumentar os gastos públicos com o objetivo de influenciar os eleitores e melhorar as chances de reeleição. Embora o aumento de despesas em períodos eleitorais possa ser uma estratégia eficaz a curto prazo, ele pode ter consequências fiscais negativas a longo prazo, como aumento da dívida pública e necessidade de ajustes fiscais após as eleições (ver Tabela 1).

Para analisar o comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais nos cem menores municípios brasileiros com base na tabela fornecida, é importante observar e interpretar as informações sobre receitas correntes e de capital, discriminadas por regiões e seus respectivos percentuais.

**Tabela 1 - Receita média 2013 a 2023 por região**

Região	Receita Corrente			Receita de Capital		
	Própria	Transferência	%	Própria	Transferência	%
Norte	70.842.868	55.534.480	44	4.382.945	3.987.704	48
Nordeste	29.574.689	26.028.433	47	1.407.916	987.023	41
Sul	19.632.399	17.127.369	47	1.405.913	1.136.690	45

Sudeste	64.695.784	53.614.818	45	2.027.680	1.867.147	48
Centro Oeste	36.294.582	29.693.484	45	1.592.331	1.397.708	47
Brasil	221.040.322	181.998.584	44	10.816.785	9.376.272	46

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A região Norte e Nordeste possuem uma dependência relativamente alta de transferências para receitas correntes e um percentual similar para receitas de capital. Isso pode indicar que os municípios da região dependem mais das transferências de outras esferas para financiar suas atividades e investimentos. Já a região Sul apresenta um equilíbrio razoável entre receitas próprias e transferências, tanto para correntes quanto para capital, sugerindo uma dependência mista para financiamentos. Enquanto a região Sudeste tem uma receita corrente relativamente alta e uma boa proporção de receitas próprias. Para receitas de capital, a dependência de transferências é alta, mas a receita própria ainda representa uma parte significativa.

A região Centro-Oeste mostra uma dependência mista entre receitas próprias e transferências tanto para correntes quanto para capital. O padrão é semelhante ao da região Sul, com um equilíbrio razoável. No total nacional, há uma dependência significativa de transferências tanto para receitas correntes quanto de capital, refletindo um padrão similar ao encontrado nas regiões específicas, com variações conforme a região.

Já os resultados constantes na Tabela 2, demonstram a evolução da receita total no período 2015 a 2021.

**Tabela 2 - Evolução média da receita total no período de 2015-2021**

Região	Receita total 2013-2023	Média 2015- 2021	Ano de eleição	Antes eleição	Durante eleição	Depois eleição
Norte	192.459.498.534	28.932.576	2016	22.674.768	22.998.652	24.846.089
			2020	30.086.882	37.333.356	39.511.778
Nordeste	165.074.298.726	13.217.575	2016	10.570.163	11.729.353	11.387.879
			2020	14.183.208	14.813.513	17.175.933
Sul	64.033.785.789	8.576.097	2016	6.699.963	7.470.470	7.755.290
			2020	9.033.128	9.416.965	10.947.306
Sudeste	259.290.849.502	25.704.237	2016	22.582.645	19.203.502	22.019.050
			2020	29.712.567	26.843.778	35.222.095
C. Oeste	111.923.649.470	14.917.792	2016	10.939.953	13.626.146	13.472.002
			2020	14.763.424	17.349.915	19.864.448
Brasil	1.052.280.776.497	18.071.499	2016	14.495.310	14.918.442	15.738.662
			2020	19.191.276	20.976.376	24.352.244

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise mostra que as transferências são uma fonte importante de receita para a maioria dos municípios brasileiros, especialmente para aqueles nas regiões Norte e Nordeste. As receitas próprias têm um papel mais significativo nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Esse padrão pode ser reflexo de diferenças na capacidade de arrecadação e necessidades de financiamento entre as regiões.

Além disso, a dependência de transferências pode ser um fator importante a considerar em períodos eleitorais, já que mudanças nas políticas de transferência podem influenciar diretamente o financiamento e a implementação de projetos municipais.

Para analisar a evolução da receita total nos cem menores municípios brasileiros em período eleitoral (2013-2023), a tabela fornecida oferece dados sobre a receita média antes,

durante e depois das eleições para cada região e para o Brasil como um todo. Vamos examinar as variações na receita total em períodos eleitorais para entender o impacto das eleições nos gastos públicos.

Na região Norte, a receita total antes e durante as eleições em 2016 e 2020 mostra um aumento significativo durante o período eleitoral em 2020, comparado com 2016. Isso pode indicar uma maior movimentação financeira e possivelmente maior alocação de recursos em ano eleitoral mais recente. A receita total no Nordeste também aumentou durante o período eleitoral em 2020, comparado com 2016. Isso sugere uma tendência similar ao Norte, com um aumento na receita durante o período eleitoral mais recente.

No Sul, há um aumento na receita durante o período eleitoral, especialmente em 2020, indicando um possível aumento de recursos alocados em ano eleitoral. No Sudeste, a receita durante as eleições foi menor em 2016 comparado com antes e depois. No entanto, em 2020, houve um aumento significativo após a eleição, sugerindo que as receitas eleitorais podem ter sido mais elevadas no pós-eleição. Já a região Centro-Oeste também mostra um aumento durante o período eleitoral, com uma elevação significativa em 2020.

Em nível nacional, o padrão é de um aumento na receita total durante o período eleitoral, com um crescimento contínuo observável tanto antes quanto durante as eleições, especialmente em 2020. A análise dos dados sugere que, em geral, há um aumento nas receitas totais durante o período eleitoral nos menores municípios brasileiros, especialmente no ano eleitoral mais recente (2020). A tendência é visível em todas as regiões analisadas, com exceção de algumas variações menores. Isso pode indicar que os períodos eleitorais levam a uma maior movimentação financeira e alocação de recursos, possivelmente como um reflexo de maior investimento em serviços e infraestrutura para atrair votos ou devido a transferências de recursos adicionais por parte de governos estaduais e federais.

Na Tabela 3 está apresentado a evolução média das despesas empenhadas pelos cem menores municípios brasileiros em população, comparando os períodos antes, durante e após as eleições.

Os gastos públicos se comportam em diferentes áreas e como esses comportamentos variam em função dos ciclos eleitorais. Os gastos com administração aumentam ao longo do ciclo eleitoral, com um pico após as eleições. Isso pode indicar um aumento nos investimentos administrativos e possíveis ajustes após o período eleitoral. Enquanto Agricultura e Organização Agrária houve um aumento nos gastos durante o período eleitoral, o que pode refletir uma estratégia para obter apoio dos eleitores rurais e agrícolas.

Os gastos com assistência social também aumentam durante e após as eleições, sugerindo um foco maior em políticas sociais para ganhar apoio e manter os resultados eleitorais. Os gastos em ciência e tecnologia diminuem durante o período eleitoral e não se recuperam completamente após. Isso pode indicar uma menor prioridade para essa área durante as eleições. Os gastos em comunicação e propaganda são relativamente estáveis durante a eleição e aumentam após. Isso pode indicar uma maior ênfase na comunicação pós-eleitoral.

**Tabela 3 - Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região norte**

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	9.155.810	8.500.425	9.359.504	10.589.993
Agricultura e organização agrária	779.350	716.025	857.573	815.259
Assistência social (“)	1.717.440	1.567.334	1.752.246	1.981.733



Ciência e tecnologia	326.102	128.727	70.098	86.554
Comunicação e propaganda	104.195	95.607	94.210	122.847
Cultura (*)	368.921	385.321	382.665	351.109
Educação	19.136.148	18.769.122	17.890.697	22.134.161
Encargos dívida	1.559.779	1.366.521	1.613.004	1.928.804
Energia e iluminação pública	508.789	442.496	556.482	599.686
Gestão ambiental	516.433	615.791	664.647	927.149
Habitação	345.937	361.780	515.794	431.815
Indústria, comércio e serviços	250.955	226.146	300.583	190.843
Judiciário	1.105.263	1.235.571	1.008.928	1.001.793
Legislação	1.894.908	1.791.540	1.872.022	2.124.559
Previdência social	3.677.644	3.196.644	3.892.349	4.273.803
Saneamento	660.461	1.298.415	1.400.948	1.091.069
Saúde	12.876.913	11.252.153	13.459.648	15.046.652
Segurança pública	826.061	862.979	330.793	1.275.063
Transporte	1.576.987	1.222.869	1.559.390	1.985.914
Urbanismo	3.178.922	5.289.743	6.199.196	6.238.540
Outros	41.131	-	-	41.131
Média de gastos na região	4.436.488	4.102.267	4.461.438	5.129.930

Nota: (\*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (\*\*) assistência social + trabalho. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os gastos com cultura se mantêm relativamente constantes durante o período eleitoral e diminuem após. Isso sugere que a cultura pode ser uma área menos afetada diretamente pelos ciclos eleitorais. Os gastos com educação diminuem durante a eleição e aumentam consideravelmente após. Pode ser uma estratégia para compensar a redução de investimentos durante o período eleitoral. Os gastos com encargos da dívida aumentam durante e após as eleições, refletindo uma possível priorização em manter a estabilidade financeira após o período eleitoral. Os gastos em energia e iluminação pública aumentam durante e após as eleições, possivelmente como uma forma de melhorar a infraestrutura e serviços urbanos.

Os gastos com gestão ambiental aumentam durante e principalmente após as eleições, sugerindo um foco maior em questões ambientais para atender demandas e expectativas pós-eleitorais. Há um aumento significativo nos gastos com habitação durante o período eleitoral, possivelmente para responder a necessidades habitacionais e ganhar apoio popular. Os gastos com indústria, comércio e serviços aumentam durante a eleição e diminuem após, refletindo um possível impulso para o setor apenas durante o período eleitoral. Os gastos com o judiciário diminuem durante a eleição, mas permanecem relativamente estáveis após, sugerindo que o judiciário é menos afetado por variações eleitorais.

Há um aumento contínuo nos gastos com legislação, especialmente após a eleição, refletindo um possível aumento em atividades legislativas e políticas. Os gastos com previdência social aumentam durante e após as eleições, indicando um foco maior em benefícios sociais e apoio à população idosa. Os gastos com saneamento são elevados durante as eleições e aumentam ainda mais, possivelmente para atender a demandas emergenciais e melhorar a infraestrutura urbana. Os gastos com saúde aumentam consideravelmente durante e após as eleições, refletindo um foco significativo em atender necessidades de saúde pública.

Os gastos com segurança pública são baixos durante as eleições e aumentam consideravelmente após, possivelmente refletindo uma reavaliação das necessidades de segurança pós-eleitoral. Há um aumento nos gastos com transporte durante e após as eleições, indicando investimentos significativos em infraestrutura de transporte durante o período

eleitoral. Os gastos com urbanismo aumentam antes, durante e após as eleições, indicando um foco contínuo em melhorias urbanísticas.

A análise dos gastos públicos em períodos eleitorais revela alguns padrões importantes: (i) aumento geral de gastos, em muitas áreas, há um aumento nas despesas durante e após o período eleitoral, indicando uma possível alocação extra de recursos para atender a demandas e influenciar o apoio popular; (ii) áreas prioritárias, setores como saúde, educação e assistência social frequentemente mostram aumentos significativos durante e após as eleições, refletindo um foco em áreas de alta visibilidade e impacto direto na população; (iii) redução temporária, alguns gastos, como em ciência e tecnologia e segurança pública, mostram redução durante o período eleitoral, possivelmente devido à priorização de outras áreas mais diretamente relacionadas com o apoio eleitoral.

Na Tabela 4 está apresentado a evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região Nordeste do Brasil, com uma divisão por categorias de gastos e períodos eleitorais (antes, durante e após eleições). A comparação entre os períodos ajuda a identificar possíveis variações nos gastos públicos relacionadas ao ciclo eleitoral.

Há um aumento significativo nos gastos com administração após as eleições, o que pode indicar um esforço adicional na administração pública após a instabilidade política do período eleitoral. Os gastos em educação aumentam após as eleições. Isso pode sugerir um aumento no investimento em educação como forma de atender a demandas sociais e demonstrar resultados após o período eleitoral.

**Tabela 4 - Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região nordeste**

<b>Despesas</b>	<b>Média 2015-2021</b>	<b>Antes eleição 2015/2019</b>	<b>Durante eleição 2016/2020</b>	<b>Após eleição 2017/2021</b>
Administração	3.861.554	3.594.509	3.746.578	4.290.873
Agricultura e organização agrária	401.592	366.681	415.591	438.209
Assistência social (*)	960.409	899.580	965.255	1.018.365
Ciência e tecnologia	39.127	29.991	40.946	55.955
Comunicação e propaganda	57.912	39.891	50.453	90.170
Cultura (*)	235.439	275.697	221.135	201.946
Educação	8.675.114	8.436.151	8.501.949	9.136.191
Encargos dívida	460.185	424.878	437.117	535.169
Energia e iluminação pública	201.345	187.943	193.666	235.432
Gestão ambiental	184.326	167.604	185.881	201.440
Habitação	177.262	142.666	221.654	175.611
Indústria, comércio e serviços	166.920	197.969	159.509	133.327
Judiciário	318.389	263.304	289.511	350.718
Legislação	921.391	867.307	929.720	976.918
Previdência social	1.785.850	1.572.323	1.786.505	1.985.856
Saneamento	353.155	340.182	397.533	335.029
Saúde	5.600.413	4.962.478	5.812.482	6.155.853
Segurança pública	139.819	122.144	150.917	158.162
Transporte	397.583	349.217	434.046	424.130
Urbanismo	1.972.669	1.718.270	2.131.657	2.157.025
Outros	3.748	-	-	3.748
Média de gastos na região	1.999.279	1.865.964	2.016.844	2.146.125

Nota: (\*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (\*\*) assistência social + trabalho. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Assim como na educação, os gastos com saúde aumentam após o período eleitoral, possivelmente devido ao aumento das demandas e pressões para demonstrar avanços na área. Os gastos com segurança pública aumentam durante e após o período eleitoral, refletindo talvez um aumento na necessidade de manutenção da ordem e segurança durante um período de maior tensão social e política. Quanto aos gastos com comunicação e propaganda houve um aumento significativo após o período eleitoral. Isso pode indicar um esforço para melhorar a imagem do governo ou promover políticas públicas implementadas.

Antes da eleição (2015-2019) os gastos médios são geralmente mais baixos, o que pode ser uma estratégia para manter o orçamento sob controle antes do período eleitoral. Durante a eleição (2016-2020) os gastos médios tendem a aumentar em várias categorias, sugerindo um possível aumento nos investimentos em áreas que podem gerar mais visibilidade e apoio popular. Já após a eleição (2017-2021) há um aumento significativo em muitos gastos, especialmente nas áreas de administração, saúde, educação e comunicação e propaganda. Isso pode refletir um esforço para implementar promessas eleitorais e responder às demandas da população.

A média geral dos gastos é menor antes das eleições e aumenta durante e após o período eleitoral, o que sugere um padrão de aumento nos gastos públicos relacionados ao ciclo eleitoral. Os dados indicam que há uma variação significativa nos gastos públicos em função do ciclo eleitoral. Durante e após as eleições, observa-se um aumento nos gastos, possivelmente como estratégia para responder a demandas políticas e sociais. Essas variações são particularmente evidentes em áreas críticas como saúde, educação e administração, além de um aumento notável nos gastos com comunicação e propaganda após o período eleitoral.

Por meio da Tabela 5, evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região sul do Brasil, observa-se um aumento contínuo nas despesas com administração ao longo dos períodos. Há um aumento consistente nas despesas com agricultura e organização agrária ao longo do tempo.

**Tabela 5 - Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região sul**

<b>Despesas</b>	<b>Média 2015-2021</b>	<b>Antes eleição 2015/2019</b>	<b>Durante eleição 2016/2020</b>	<b>Após eleição 2017/2021</b>
Administração	2.551.752	2.393.207	2.459.472	2.710.323
Agricultura e organização agrária	998.540	912.142	965.465	1.101.688
Assistência social (“)	666.783	659.724	640.658	654.883
Ciência e tecnologia	75.297	86.728	64.136	71.684
Comunicação e propaganda	33.069	25.196	42.814	33.564
Cultura (*)	163.720	185.601	144.844	140.144
Educação	3.060.206	2.941.959	2.836.192	3.257.504
Encargos dívida	341.764	314.513	329.613	404.247
Energia e iluminação pública	128.758	128.325	126.035	135.881
Gestão ambiental	162.833	164.756	151.365	140.589
Habitação	113.164	122.067	116.062	107.589
Indústria, comércio e serviços	150.038	140.421	135.680	198.362
Judiciário	163.488	160.942	194.994	176.889
Legislação	620.533	575.054	603.940	665.224
Previdência social	757.818	662.161	763.413	870.683
Saneamento	265.665	285.943	259.135	258.271
Saúde	3.650.114	3.315.428	3.572.467	3.875.359
Segurança pública	44.522	36.040	42.648	58.519

Transporte	1.518.716	1.398.100	1.618.725	1.588.677
Urbanismo	1.145.970	1.001.931	1.322.922	1.121.054
Outros	11.836	2.485	21.187	-
Média de gastos na região	1.059.406	984.985	1.040.322	1.118.064

Nota: (\*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (") assistência social + trabalho. Fonte: Dados da pesquisa.

Isso pode refletir uma maior alocação de recursos para o setor agrícola e melhorias nas políticas de organização agrária, que podem se intensificar em anos eleitorais. As despesas com assistência social mostram uma leve queda durante o período eleitoral, mas retornam a valores próximos ao nível anterior após as eleições. Isso pode sugerir uma leve diminuição ou contenção de gastos em assistência social durante campanhas eleitorais.

Há uma redução nas despesas com ciência e tecnologia durante o período eleitoral. Isso pode indicar um corte nos investimentos em áreas menos visíveis para o eleitorado durante campanhas eleitorais. Aumento significativo nas despesas com comunicação e propaganda durante as eleições, o que é esperado, já que campanhas eleitorais geralmente demandam maiores investimentos em marketing e comunicação. Redução dos gastos com cultura durante e após as eleições, o que pode indicar uma menor prioridade para projetos culturais durante o período eleitoral.

Há uma leve diminuição das despesas com educação durante o período eleitoral, seguida por um aumento significativo após as eleições, o que pode refletir uma priorização maior para a educação em anos não eleitorais. Aumento significativo nas despesas com encargos da dívida após as eleições, o que pode refletir uma maior alocação de recursos para pagamento de dívidas ou a renegociação de dívidas em anos subsequentes às eleições. Aumento contínuo nos gastos com saúde durante e após as eleições, o que pode indicar uma prioridade crescente na área da saúde.

Aumento nas despesas com segurança pública durante e especialmente após as eleições. Isso pode refletir uma resposta a questões de segurança que se tornam mais visíveis e urgentes após as eleições. Aumento das despesas com transporte durante o período eleitoral, com uma leve diminuição após as eleições, possivelmente refletindo investimentos em infraestrutura e mobilidade para atender às necessidades eleitorais. Aumento significativo nas despesas com urbanismo durante o período eleitoral, indicando um foco em projetos de infraestrutura e melhorias urbanas, que são frequentemente utilizados para ganho eleitoral.

Os dados constantes na Tabela 5 sugerem que há variações nas despesas públicas em períodos eleitorais na região sul, com aumentos significativos em áreas relacionadas a comunicação, segurança pública e infraestrutura. Alguns gastos, como os com saúde e educação, tendem a aumentar após as eleições, o que pode refletir uma mudança nas prioridades ou uma tentativa de compensar a redução dos gastos durante o período eleitoral. As variações observadas podem estar ligadas à estratégia política e à necessidade de atender a demandas específicas do eleitorado.

Com base na Tabela 6, evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região sudeste do Brasil, as despesas com administração diminuem durante o período eleitoral e aumentam significativamente após as eleições. As despesas com agricultura e organização agrária diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam após as eleições. As despesas com assistência social caem durante o período eleitoral, mas retornam a valores elevados após as eleições, o que pode indicar um ajuste nos gastos para manter apoio popular durante a campanha

e um aumento para atender a demandas sociais após as eleições. Há uma redução significativa nas despesas com ciência e tecnologia durante e após as eleições.

**Tabela 6 - Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região sudeste**

<b>Despesas</b>	<b>Média 2015-2021</b>	<b>Antes eleição 2015/2019</b>	<b>Durante eleição 2016/2020</b>	<b>Após eleição 2017/2021</b>
Administração	9.766.665	10.191.863	8.299.721	10.881.854
Agricultura e organização agrária	881.352	893.941	790.823	913.397
Assistência social (")	1.568.840	1.618.437	1.455.565	1.628.662
Ciência e tecnologia	302.540	371.069	270.625	242.093
Comunicação e propaganda	115.354	167.983	77.290	90.176
Cultura (*)	410.508	487.972	342.323	386.917
Educação	13.208.501	13.910.222	10.566.365	14.945.100
Encargos dívida	1.216.893	1.046.777	944.253	1.588.150
Energia e iluminação pública	1.012.058	997.121	953.000	1.205.023
Gestão ambiental	1.091.285	1.204.021	949.039	1.107.773
Habitação	284.405	280.882	227.205	319.639
Indústria, comércio e serviços	559.620	586.103	449.123	409.428
Judiciário	556.903	544.236	463.089	683.947
Legislação	1.843.957	1.833.031	1.672.833	2.012.064
Previdência social	3.841.167	3.377.234	3.300.105	4.853.030
Saneamento	1.239.798	1.328.212	1.024.458	1.266.791
Saúde	14.630.570	14.505.171	12.698.002	17.114.761
Segurança pública	748.650	843.193	511.489	848.013
Transporte	1.081.728	1.046.773	984.584	1.207.926
Urbanismo	4.889.875	5.126.914	4.389.180	5.440.559
Outros	14.081	-	14.080	-
Média de gastos na região	3.805.131	3.875.369	3.249.423	4.309.344

Nota: (\*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (") assistência social + trabalho. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Percebe-se ainda, o aumento das despesas com comunicação e propaganda antes das eleições é notável, o que é esperado devido aos gastos com campanhas eleitorais. No entanto, essas despesas diminuem durante e após a eleição, possivelmente refletindo a redução da necessidade de comunicação intensiva após o período eleitoral. As despesas com cultura diminuem durante o período eleitoral e depois se ajustam, enquanto há uma redução significativa nos gastos com educação durante o período eleitoral, com um aumento expressivo após as eleições.

As despesas com encargos da dívida caem durante o período eleitoral, possivelmente devido a uma contenção de gastos. As despesas com saúde diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam substancialmente após as eleições. Isso pode indicar uma priorização crescente na área da saúde após o período eleitoral, refletindo uma resposta a necessidades emergentes. As despesas com segurança pública diminuem significativamente durante as eleições e aumentam após o período eleitoral. Isso pode refletir uma necessidade de atender a questões de segurança que se tornam mais evidentes após o ciclo eleitoral. As despesas com transporte e urbanismo diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam após as eleições, sugerindo um foco maior em projetos de infraestrutura e urbanismo após o ciclo eleitoral.

A análise dos dados da região Sudeste revela que os gastos públicos tendem a diminuir durante o período eleitoral em diversas áreas, especialmente naquelas menos diretamente



ligadas a promessas eleitorais ou que não têm impacto imediato no eleitorado. Após as eleições, há um padrão de aumento nos gastos, refletindo a necessidade de atender a demandas emergentes e ajustar políticas e projetos que foram interrompidos ou adiados durante a campanha eleitoral. As áreas como administração, educação, saúde e urbanismo mostram variações significativas que podem estar alinhadas com as estratégias e prioridades eleitorais.

Quanto aos resultados constantes na Tabela 7, evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região centro oeste do Brasil, os gastos com administração, assistência social, encargos da dívida, gestão ambiental, previdência social e saúde aumentam durante e após o período eleitoral, indicando que os municípios podem estar ajustando seus orçamentos administrativos em resposta às mudanças políticas e necessidades emergentes.

**Tabela 7 - Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região centro oeste**

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	5.398.306	5.029.731	5.459.006	5.777.910
Agricultura e organização agrária	398.108	377.092	394.491	425.836
Assistência social (“)	1.131.098	1.088.282	1.168.399	1.179.415
Ciência e tecnologia	40.281	32.221	45.182	36.536
Comunicação e propaganda	62.421	73.289	71.097	56.652
Cultura (*)	226.130	239.182	225.653	211.004
Educação	7.172.007	7.059.791	7.021.431	7.550.284
Encargos dívida	587.232	520.672	648.016	663.354
Energia e iluminação pública	382.234	362.699	432.796	368.499
Gestão ambiental	275.130	236.931	305.718	305.883
Habitação	227.773	172.319	307.753	221.904
Indústria, comércio e serviços	273.675	249.414	249.950	325.285
Judiciário	278.553	182.115	405.438	318.960
Legislação	1.274.106	1.220.212	1.266.441	1.357.840
Previdência social	1.389.461	1.230.306	1.412.519	1.543.888
Saneamento	609.419	504.737	669.033	6544.667
Saúde	7.062.274	6.301.436	7.425.315	7.830.406
Segurança pública	58.807	53.123	69.522	45.494
Transporte	1.378.536	1.250.724	657.175	1.465.501
Urbanismo	2.334.217	2.121.498	2.797.870	2.330.535
Outros	74.388	2.896	7.000	180.609
Média de gastos na região	2.010.873	1.865.540	2.091.098	2.153.796

Nota: (\*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (“) assistência social + trabalho. Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Há um aumento constante nos gastos com agricultura e organização agrária após o período eleitoral, enquanto cultura diminui, o que pode refletir uma maior alocação de recursos para o setor agrícola após a resolução de questões políticas.

Na região Centro-Oeste, os gastos públicos mostram variações notáveis em relação ao ciclo eleitoral. Antes das eleições, há uma tendência de contenção em várias áreas, especialmente em gastos menos diretamente visíveis para o eleitorado. Durante as eleições, os gastos aumentam em áreas visíveis e impactantes, como saúde, segurança pública e comunicação, refletindo uma tentativa de atender às necessidades e demandas emergentes. E após as eleições, há um padrão de aumento nos gastos em várias áreas, sugerindo ajustes e investimentos adicionais para atender a necessidades acumuladas ou projetos adiados.

Esses padrões refletem uma gestão orçamentária estratégica, onde os investimentos são ajustados em resposta às prioridades eleitorais e necessidades emergentes, com um foco adicional em áreas cruciais para a administração municipal após o período eleitoral.

## 5. CONCLUSÃO

Para analisar a tabela da evolução média das despesas empenhadas nos períodos eleitoral (antes, durante e após a eleição) nas diferentes regiões do Brasil, de 2015 a 2021, pode-se observar algumas tendências e padrões em relação aos gastos públicos.

Antes da eleição, em muitas regiões, há uma média de gastos consistente ou um leve aumento, provavelmente para estabilizar e manter a satisfação pública. Já durante a eleição, observa-se um aumento nos gastos em várias categorias, especialmente em setores que têm um impacto direto na qualidade de vida e podem influenciar a opinião pública, como saúde, educação e infraestrutura. Enquanto após a eleição, muitas vezes, os gastos permanecem altos ou aumentam, possivelmente para manter o apoio contínuo ou para compensar os gastos elevados durante o período eleitoral.

O aumento dos gastos durante o período eleitoral é uma tendência comum, especialmente nas regiões Norte e Sudeste. A Região Nordeste também apresenta aumentos notáveis em diversas categorias. Setores como saúde, educação e infraestrutura frequentemente apresentam aumentos significativos durante as eleições, refletindo a sua importância nas campanhas eleitorais. Há uma tendência de continuidade ou aumento dos gastos após a eleição, possivelmente para solidificar ganhos eleitorais e atender a promessas de campanha.

Esses padrões refletem uma estratégia política comum de direcionar recursos para áreas que têm um impacto visível e imediato na qualidade de vida dos cidadãos, tentando assim garantir o apoio dos eleitores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLUZZIO, A. I. S. S., Anjos, L. C. M. Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, 24 (2), 167-180. 2020.

BLAIS, A., NADEAU, R. (1992). The electoral budget cycles. *Public Choice*, 74. 389-403. <https://doi.org/10.1007/BF00137686>. 1992

BRENDER, A., DRAZEN, A. Political Budget Cycles in New Versus Established Democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52. 1271-1295, <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>. 2005.

CHORTAREAS, G., LOGOTHETIS, V., PAPANDREOU, A. A. Political Budget Cycles and Reelection Prospects in Greece's Municipalities. *European Journal of Political Economy*. 43. 1-13. 2016.

CONRARIA, L.A., MAGALHÃES, P. C., SOARES, M. J. The nationalization of electoral cycles in the United States: a wavelet analysis. *Public Choice*, 156. 387-408, <https://link.springer.com/article/10.1007/s11127-012-0052-8>. 2013

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, Chicago, 65(2), 135-150. 1957.

GOEMINNE, S., SLMODERS, C. Politics and Public Infrastructure Investments in Local Governments: Empirical Evidence from Flemish Municipalities (1996–2009). *Local Government Studies*, 40(2). 182-202, <http://dx.doi.org/10.1080/03003930.2013.790813>. 2014

GUELMAN DAVIS, P., SOUZA, A. A. Análise Comparativa da Eficiência Alocativa das Despesas Públicas Municipais utilizando Mineração de Dados. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(40). 2021.

GUERRA, D. L. B., NETTO JUNIOR, J. L. S., ARAGÓN, E. K. S. B. Ciclos políticos e resultados fiscais na América Latina. *Nova Econ.*, 34(1). 2024.

GUO, G. China's Local Political Budget Cycles. *American Journal of Political Science*, 53(3). 621–632. 2019.

HAMADA, H. H., MOREIRA, D. J., MILLA, E. S., OLIVEIRA, S. A. Endividamento público municipal perante a lei de responsabilidade fiscal: uma análise do município de Belo Horizonte no período de 2002 a 2017. *Revista Conhecimento Contábil*, 8(1), 25-39. 2019.

KLEIN, F. A., SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36. 2015.

MACHADO, A. D. S., OLIVEIRA, G., ALMEIDA, H. J. F. Ciclo político orçamentário e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios do Sul do Brasil no período de 2015 a 2018. *Revista Estudo & Debate em Gestão e Planejamento*, 29(1). 2022.

MACIEL, M. N. O., MACIEL, L. Y. O.; CASTRO, E. A. B. Cidades do Pará: gastos públicos em comparação com o índice de desenvolvimento humano. *Contemporânea - Contemporary Journal*, 5(1), 01-22. 2025.

MACRAE JÚNIOR, D. Introducing Undergraduates to Public Policy Analysis by the Case Method. *Policy Studies Journal*. 1977.

MENDES, M. J. Federalismo fiscal e crescimento do governo: Evidências eleitorais para o Brasil. In *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa. ANPEC. 2004.

MENDONÇA, H. F., MACHADO, M. R. Public debt management and credibility: Evidence from an emerging economy. *Economic Modelling*, 30, 10-21. 2013.

NAKAGUMA, M. Y., BENDER, S. Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro. *RBE*. 64(1), 3–24. 2010.

NORDHAUS, W. The political business cycles. *Review of Economic Studies*, 42. 169–190. 1975.

OLIVEIRA, F. A. D., NOBREGA, W. C. L. MAIA, S. F. Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estud. Econ.*, 52(1), 113-153, 2022.

PELAGIDIS, T., MITSOPOULOS, M. Vikings in Greece: Kleptocratic interest groups in a closed, rent-seeking economy. *Cato Journal*, 29. 399-416. 2009.

PINTO, N. G. M., CORONEL, D. A., VIEIRA, K. M., CERETTA, C. S. A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(1), 393-419. 2015.

PUCHALE, C. L., PEREIRA, O. L. F., VELOSO, G. O., FEISTEL, P. R. A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. *Política & Sociedade*, 19(44), 229-256. 2020.

QUEIROZ, D. B. D., MORAIS, L. M. F. D., ET AL. Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2). 2019.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39(1). 39-58. 2009.

SAKURAI, S. N., MENEZES FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137. 301–314. 2008.

SANCHES, O. M. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. *Revista de Administração Pública - RAP*, 27(1), 63-76. 1993.

SHI, M., SVENSSON, J. Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90. 1367-1389, <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>. 2006.

SOUSA, K. M. D., MONTE, P. A. D. Composição do gasto público e descentralização fiscal em governos locais brasileiros: uma análise por regressão quantílica incondicional com dados longitudinais. *RAP - Revista de Administração Pública*, 55(6). 2021.

WYSE, M. N. O., MACHADO, D. P., GOMES, D. G., FERNANDEZ, R. N. Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. 2022.